

PROTESTO EM SOCIEDADES EM DESENVOLVIMENTO: Uma Análise multinível sobre os efeitos dos valores e agravo ¹

POLITICAL PROTESTE IN DEVELOPING SOCIETIES: An multilevel analyses on grievance and values effects

Lucas Toshiaki Archangelo Okado², Ednaldo Aparecido Ribeiro³, Robert Bonifácio⁴

Resumo: O presente trabalho objetiva analisar a interação entre os efeitos dos valores, recursos e agravo sobre o protesto em sociedades intermediárias. Neste contexto, o descontentamento seria responsável por desencadear tais ações, uma vez que os recursos não impediriam a mobilização. Por outro lado, a mudança de valores ainda seria incipiente, não produzindo efeitos sobre. Para testar estas proposições foram selecionados os países que ocupam as três faixas intermediárias do índice de desenvolvimento humano presentes no sexto levantamento do World Values Survey (N = 32). Os resultados indicam que o agravo não é responsável por motivar ações de protesto. Por outro lado os valores emancipatórios são características dos mais mobilizados. Um terceiro achado relevante é a interação entre a confiança institucional e a qualidade da democracia. Em países mais democráticos, a maior confiança desencadeia ações desta natureza.

Palavras-Chave: Protesto Político. Agravo. Valores Emancipatórios.

Abstract: This paper aims to analyze the interaction among the effects of values, resources and deprivation on political protests in developing countries. On one hand, the effects of discontentment in these societies would be responsible for promoting contentious actions, once resources would not be a barrier for mobilization. On the other hand, changes of values would still be incipient, having no effect on protests. To test these propositions, we selected the countries listed in the three intermediate ranges of human development index and present on World Values Survey's sixth wave (N = 32). The results indicate that grievance is not responsible for motivating protests; however, the most mobilized citizens tend to present emancipatory values. A third relevant finding regards the interaction between institutional trust and the quality of democracy. Greater confidence triggers protests in more democratic countries.

Keywords: Political Protest. Grievance. Emancipatory Values.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Cultura política, comportamento e opinião pública do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade de Brasília (UnB), de 15 a 17 de maio de 2019.

² Universidade Federal de Goiás. Doutor em Ciência Política. Contato: lucas.okado@gmail.com.

³ Universidade Estadual de Maringá. Doutor em Sociologia.

⁴ Universidade Federal de Goiás. Doutor em Ciência Política.

1. Introdução

Os protestos políticos são um importante instrumento de vocalização de demandas nas democracias contemporâneas. Através de ações como boicotes, greves e passeatas, cidadãos expressam as suas preferências e, principalmente, seu descontentamento com ações ou políticas públicas, bem como pressionam governantes pela ampliação de direitos. Se antes a literatura enxergava este tipo de envolvimento ativo dos cidadãos como um entrave para o bom funcionamento de uma democracia (ALMOND; VERBA, 1963; LIJPHART, 1980) ou como ações do tipo “não convencional” (BARNES; KAASE, 1979), hoje o protesto foi incorporado nos repertórios de participação política na maioria das sociedades democráticas, deixando de ser ações esporádicas para se tornar um elemento permanente (MEYER; TARROW, 1998; NORRIS, 2003).

O interesse neste objeto de pesquisa se intensifica a partir do final dos anos sessenta, com o movimento por direitos civis nos Estados Unidos e os protestos estudantis que eclodiram em várias partes do mundo em 1968. Neste contexto, duas tradições distintas se ocuparam de estudar este tipo de participação política, desenvolvendo-se de forma independente e sem muito contato entre si. A primeira, organizada em torno da sociologia dos movimentos sociais, procura explicar as causas dos protestos a partir de variáveis estruturais. Já a segunda, por sua vez, tenta entender o que leva os cidadãos a protestarem, identificando os condicionantes individuais do engajamento neste tipo de ação.

A literatura aponta três conjuntos de variáveis individuais que incidem sobre a decisão de participar ou não deste tipo de ação: recurso, o sentimento de agravo e os valores. Apesar de figurar como uma variável chave nos estudos clássicos sobre movimentos sociais (McADAM, 1999), o sentimento de privação relativa (GURR, 1970), de acordo com Dalton, Van Sickle e Weldon (2010), apresenta poucas evidências empíricas para motivar o engajamento. Os mesmos autores, todavia, apontam que o agravo poderia ser uma medida importante para entender os protestos em sociedades em desenvolvimento, onde os recursos não se apresentam como um empecilho à participação e os conflitos distributivos ainda não estão resolvidos.

No que diz respeito aos valores, já no final dos anos setenta, Inglehart (1979) previa que as ações de protesto seriam incorporadas no cotidiano dos cidadãos. Mudanças nas prioridades valorativas seriam a razão desta reorientação em torno dos repertórios de participação política. Ao longo destes anos, várias evidências empíricas corroboraram estas previsões nos mais variados contextos (DALTON, RUSSELL; VAN SICKLE; WELDON, 2010; INGLEHART, 1990; INGLEHART; CATTERBERG, 2002), demonstrando que a teoria da mudança cultural está intimamente relacionada com o surgimento de novos padrões de cidadania e engajamento político.

Além do agravo e dos valores, a literatura ainda aponta os recursos como um terceiro conjunto de variáveis condicionantes do protesto político. Escolaridade, disponibilidade de tempo, dinheiro e acesso a redes de inter-relacionamento são descritas em diversos estudos como sendo importantes preditores da participação. A ação política possui custos que precisam ser transpostos para que ela possa ser efetivada (RIBEIRO; BORBA, 2010), fazendo com que a maior disponibilidade de recursos implique maior participação.

Existe um consenso nos estudos sobre comportamento político acerca do papel dos recursos na participação (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). O que este trabalho objetiva é investigar a interação entre este conjunto de variáveis com os valores ou o sentimento de agravo como condicionantes do protesto político no contexto de países em desenvolvimento. Procura-se, desta forma, responder a duas questões principais: 1) nestas sociedades, o sentimento de agravo incide sobre o protesto político? 2) neste contexto, os valores afetam a predisposição do engajamento neste tipo de ação?

Nas sociedades em desenvolvimento, apesar da existência de conflitos distributivos, a escassez de recursos não é suficiente para impossibilitar a participação. Nestas circunstâncias o descontentamento seria capaz de promover o enquadramento (BENFORD; SNOW, 2000) necessário para a mobilização de ações de protestos, uma vez que a escassez de recursos não seria um impedimento. Por outro lado, a mudança de valores na região ainda é incipiente (WELZEL, 2013), o que levantaria dúvidas sobre o preditor destas medidas neste contexto. Ao analisar os efeitos de valores pós materialistas e o protesto político em países da América Latina,

Ribeiro e Borba (2010) constataram a baixa capacidade preditiva desta variável na região, recomendando a adoção crítica desta medida para explicar ações de protesto.

A fim de organizar a exposição dos resultados, este artigo se divide da seguinte forma: A próxima seção apresenta uma revisão da literatura sobre a participação em protestos. Ela é seguida da explanação das estratégias metodológicas adotadas para testar a hipótese de trabalho. Na terceira seção são apresentados e discutidos os resultados obtidos. O artigo se encerra com uma breve conclusão, resumindo os achados.

2. Determinantes do Protesto Político

Dalton, Van Sickle e Weldon (2010) definem três conjuntos de características individuais para explicar o envolvimento em protestos, mas que podem ser generalizados para outras modalidades de participação política, já que seu embasamento teórico deriva de estudos desta natureza. O mesmo procedimento é usado por Quaranta (2015) ao elencar o conjunto de variáveis empregadas para explicar atividades de protestos na Europa ocidental. Essa literatura elenca os recursos, os valores e o agravo como determinantes para o ativismo político.

A participação política possui custos que devem ser satisfeitos para que ela possa ser efetivada. Participar de um protesto, decidir comparecer aos locais de votação no dia do pleito ou se envolver em uma campanha exige tempo, acesso à informação e, muitas vezes, recursos materiais. Os estudos de Verba e seus colaboradores sobre o ativismo político têm demonstrado esta relação ao longo do tempo (VERBA; NIE; KIM, 1971, 1978; VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995).

A educação sempre foi uma variável fundamental para explicar a ação política e figura como um dos recursos mais importantes, uma vez que os ativistas tendem a serem mais escolarizados do que a média da população. Isto acontece porque os anos de educação formal aumentam a capacidade de se buscar e processar informações políticas. O maior acesso à informação amplia o entendimento sobre a realidade política, bem como as formas de encaminhar demandas (DALTON, RUSSELL; VAN SICKLE; WELDON, 2010). Já os recursos materiais, principalmente a renda, também exercem peso determinante, uma vez que a sua posse facilita o engajamento. Estas duas variáveis colaboram para concentrar a participação entre as

peças de classe social mais elevada ou entre aquelas que possuem uma posição de centralidade na estrutura social, tal como descreve o “modelo da centralidade” (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995).

Com a popularização das abordagens tocquivillianas, a partir do trabalho de Putnam (1993) sobre as instituições políticas na Itália, diversos estudos passaram a testar a relação entre participação cívica e política (QUARANTA, 2015). Tais organizações serviriam como escolas de aprendizagem, socializando seus membros para desempenhar um papel político (VERBA; NIE, 1972), desenvolvendo habilidades cívicas importantes para o engajamento (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). Servem também como agências de mobilização (NORRIS, 2003), promovendo atalhos cognitivos no acesso à informação política ou convocando seus membros para agir em uma determinada situação.

No entanto, a fronteira que separa organizações políticas de outros tipos de associações é tênue e ao longo do tempo acabou se desenvolvendo uma categoria agrupada sob o termo genérico “engajamento cívico”. De acordo com Fiorina (2002) este tipo de atividade engloba ações voluntárias desenvolvidas em comunidades, locais de trabalho, igrejas ou qualquer outro contexto, podendo ser de caráter político, apolítico ou estarem situadas entre ambos. A dificuldade de se estabelecer de forma mais precisa o que é o engajamento cívico, principalmente quanto a sua natureza, levou a expansão das definições de participação política e a necessidade de reduzir os tipos de ações que podem ser consideradas como tal (VAN DETH, 2001).

Os estudos empíricos têm demonstrado que este tipo de participação acaba por impulsionar o engajamento em outras modalidades. Os recursos conectivos (WELZEL, 2013), ou seja, a participação em associações e redes de cooperação mútua, tendem a potencializar o engajamento. Em localidades onde existe um tecido associativo pujante e lideranças políticas fortes, a relação entre a ação política e os outros recursos – renda e educação – tende a ser menor (UHLANER, 2001). Isto porque as pessoas que tem a sua participação inibida ou dificultada pelas clivagens sociais são mobilizadas através de organizações.

O segundo grupo de variáveis descrito pela literatura compreende os valores. Por valores entendemos o conjunto de crenças que são internalizadas durante os

processos de socialização, manifestando-se de forma latente no decorrer da vida (SEARS, 1975) e que servem para mediar as relações que os indivíduos estabelecem com o mundo político. Logo, a cultura política e os valores vão servir como um *framework* de crenças que vão mediar a relação com o mundo político, atribuindo significado a ele (TESSLER; KONOLD; REIF, 2004). Neste contexto foi inserida a medida de valores emancipatórios (WELZEL, 2013).

Ela procura quantificar a atribuição de utilidade para a liberdade, ou seja, mensura o empoderamento psicológico (WELZEL, 2013). Desta forma:

Os valores emancipatórios representam uma orientação inerente e, ao mesmo tempo, cívica. Como os valores emancipatórios motivam as pessoas a iniciar e participar de atividades conjuntas e porque sua utilidade expressiva ajuda a superar bloqueios de ações coletivas, esses valores infundem sociedades com uma agência cívica e criam capital social⁵. (WELZEL, 2013, p. 243).

Tal assertiva vai de encontro com algumas proposições da vertente sociológica dos estudos de participação política que tem se ocupado em estudar movimentos sociais. O conceito de “enquadramento” (GOFFMAN, 1974; SNOW *et al.*, 1986) também carrega esta dimensão valorativa como forma de superar o cálculo instrumental da ação coletiva. Tal conceito remete a atribuição de significado e interpretações, estabelecendo a relação entre os indivíduos e os movimentos sociais (SNOW; BENFORD, 1988). Os valores emancipatórios atribuem sentido à liberdade, fazendo com que os cidadãos que se identifiquem com estes valores atuem para ampliar os direitos e as liberdades.

A lógica instrumental da ação coletiva, todavia, tende a minimizar o impacto da participação individual no sucesso da mesma: quanto maior o grupo, mais pessoas calcularão que o custo-benefício de sua participação é insignificante (OLSON, 1965), fazendo com que as mobilizações de um grande número de pessoas sejam regularmente bloqueadas (OSTROM, 1990). Os valores são um importante instrumento para romper com este paradigma. De acordo com Welzel:

Eles esclarecem as circunstâncias em que o interesse do grupo supera esse bloqueio motivacional. O interesse deve eventualmente tornar-se parte inerente da identidade social das pessoas, caso em que a vocalização do interesse obtém valor intrínseco. Em outras palavras, incorporar interesses

⁵ “Emancipative values represent an inherently activating and, at the same time, civic orientations. Because emancipative values motivate people to initiate and participate in joint activities and because their expressive utility helps to overcome collective action blockades, these values infuse societies with civic agency and create new social capital.”, no original.

em identidades atribui valores intrínsecos à sua expressão.⁶ (WELZEL, 2013, p. 2018).

Neste caso, a superação dos dilemas da ação coletiva se dá de duas formas. Primeiro, há o enquadramento claro de uma demanda – ampliação das liberdades de escolha – em torno do qual aqueles que se identificam com estes valores podem se agrupar. Ainda que tais reivindicações possam parecer difusas, o entendimento de que a liberdade individual só pode ser plenamente assegurada na medida em que os direitos do outro também o são cria os laços de solidariedade necessários para o engajamento, o que o Welzel define como “individualismo benigno”. Segundo, uma vez que os valores emancipatórios passam a constituir um dos *frameworks* no qual os indivíduos interagem com a realidade política, a própria participação passa a adquirir valor subjetivo.

No entanto, a dispersão de tais valores em uma determinada sociedade está condicionada a disponibilidade de recursos de ação. A teoria afirma que são os recursos de ação – materiais, cognitivos e conectivos – os principais responsáveis por disseminar este conjunto de crenças, já que eles empoderam as pessoas no nível existencial (WELZEL, 2013). Em contextos como o de países da América Latina, onde os recursos de ação tendem a ser menos abundantes do que em sociedades industriais avançadas, os efeitos produzidos pelos valores emancipatórios seriam menores do que os produzidos pelos recursos, tal como ocorre com os valores pós-materialistas (DALTON; VAN SICKLE; WELDON, 2010).

Por fim, o último conjunto de variáveis listado por Dalton, Van Sickle e Weldon (2010) diz respeito ao agravo, que remete a uma ideia de descontentamento ou insatisfação. As primeiras aplicações deste conceito podem ser encontradas nos estudos clássicos dos movimentos sociais, fortemente influenciados pelas teses da psicologia social e do igualitarismo político. Na concepção destes trabalhos, a distribuição de poder era plural e todos tinham acesso à ele (DAHL, 1967). Logo, seria irracional se levantar contra um governo, fazendo com que o protesto político fosse explicado por meio de desvios de personalidade (MCADAM, 1999).

⁶ “It is illuminating to think about the circumstances under which group interest overcome this motivational block. The interest must eventually become inherent part of people's social identity, in which case voicing the interest obtains intrinsic value. In other words, embedding interests in identities bestows intrinsic values on their expression, [...]”, no original.

O sentimento de agravo advém da noção de privação relativa (GURR, 1970) e remete a situações nas quais um grupo ou indivíduo se vê em uma condição de escassez ou privação de algum bem ou direito possuído por outrem, utilizando-o como motivação para a sua ação política. O agravo está relacionado com os níveis de satisfação com a vida e, de acordo com o modelo clássico de estudo dos movimentos sociais (MCADAM, 1999), seria responsável por desencadear ações contenciosas.

Por outro lado, esta variável é vista como parte de uma cultura cívica pró democrática (INGLEHART, 1988). Espera-se que indivíduos que estejam mais satisfeitos com o funcionamento das instituições sejam mais ativos em repertórios convencionais (ALMOND; VERBA, 1963; PUTNAM, 1993). Já aqueles que não depositam confiança nas instituições democráticas tendem a manifestar um “desafeto radical” (NORRIS; WALGRAVE; AELST, 2005) e, como consequência, optam por acionar repertórios de protesto.

A revisão da literatura realizada por Quaranta (2015), entretanto, se mostrou inconclusiva sobre os efeitos da satisfação e do agravo sobre a participação política. Dalton, Van Sickle e Weldon (2010) não encontraram efeitos do agravo sobre a participação em protestos políticos, mas supõem que, em sociedades com desenvolvimento econômico intermediário, onde os conflitos distributivos ainda se fazem presentes e a disponibilidade de recursos não é escassa a ponto de inibir a participação, esta medida apresentaria efeitos significativos. Mas para McCarthy e Zald (1977) em toda e qualquer sociedade sempre haverá um número suficiente de indivíduos descontentes o suficiente para se engajarem em ações coletivas, o que indicaria que a ocorrência destas seria produto de outros fatores.

Existe ainda um quarto grupo de variáveis situada no âmbito macro, ou que refletem contextos ambientais. A literatura sociológica sobre movimentos sociais e ação coletiva aponta a existência de estruturas de oportunidades políticas (TARROW, 1998). Tais estruturas são dimensões políticas mais ou menos consistentes que promovem incentivos ou empecilhos à ação coletiva através da alteração da expectativa de sucesso dos atores envolvidos (Idem, 1998). A sociedade viveria em um equilíbrio que favorece a manutenção do *status quo*, até que um fato ou

acontecimento gere uma alteração nesta condição, fazendo com que haja um desequilíbrio de forças favorável a mobilização, desencadeando protestos.

Os determinantes individuais do protesto político e as análises sociológicas dos movimentos sociais são duas agendas de pesquisa que tratam do mesmo tema, mas que se desenvolveram de forma independente e sem muito diálogo (ANDERSON, 2007). Recentes avanços passaram a considerar as variáveis estruturais nos modelos explicativos, apontando a importância das mesmas (QUARANTA, 2015). Em geral, as sociedades mais democráticas tendem a serem mais abertas, gerando menos restrições à ação coletiva (DALTON; VAN SICKLE; WELDON, 2010).

3. Metodologia

Para testar as hipóteses descritas na introdução, foram utilizados dados provenientes da sexta onda do *World Values Survey* (WVS). Dentre os países presentes neste levantamento do WVS, foram incluídos neste estudo os casos que apresentaram Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre 0,5 e 0,799, correspondendo a classificação baixo, médio e alto IDH de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Desta forma, foram excluídos os casos extremos – muito baixo ou muito alto – de desenvolvimento humano. A adoção desta medida se justifica porque ela combina, em um único índice, expectativa de vida, escolaridade média e renda; sendo um indicador robusto para o desenvolvimento. A Tabela 1 traz os casos selecionados, bem como as médias das principais medidas utilizadas.

Tabela 1 – Países em Desenvolvimento

País	Protesto Potencial	Associativismo	Agravo	Conf. Inst.	Escolaridade	Val. Emancipatórios	VDEM	PIB per Capita	IDH
África do Sul	0,26	0,24	0,62	0,47	6,04	0,46	0,63	7120,24	0,67
Armênia	0,10	0,02	0,46	0,35	6,68	0,29	0,22	3377,66	0,73
Azerbaijão	0,04	0,03	0,59	0,57	7,17	0,34	0,06	5492,94	0,75
Bielorrússia	0,19	0,05	0,50	0,48	7,06	0,40	0,10	5913,89	0,79
Brasil	0,32	0,07	0,68	0,32	4,98	0,47	0,76	10894,64	0,76
Cazaquistão	0,08	0,05	0,64	0,56	6,69	0,36	0,13	7883,68	0,79
China	0,18	0,03	0,63	0,68	5,34	0,39	0,06	4541,02	0,73
Colômbia	0,30	0,12	0,74	0,33	5,69	0,42	0,51	6006,10	0,72
Egito	0,03	0,00	0,42	0,40	4,19	0,29	0,10	2550,61	0,69
Equador	0,13	0,05	0,72	0,39	5,25	0,41	0,33	4587,86	0,73
Filipinas	0,12	0,16	0,67	0,54	5,60	0,40	0,44	2566,81	0,67
Gana	0,16	0,15	0,56	0,52	4,33	0,27	0,58	1290,83	0,58
Geórgia	0,15	0,01	0,44	0,37	7,13	0,35	0,54	2872,93	0,75
Índia	0,29	0,18	0,57	0,53	4,07	0,36	0,56	1331,19	0,61
Iraque	0,19	0,03	0,55	0,38	4,91	0,27	0,28	4554,48	0,65
Jordânia	0,07	0,04	0,57	0,43	5,21	0,25	0,22	3649,30	0,75
Líbano	0,24	0,13	0,59	0,38	6,17	0,40	0,33	8740,95	0,77
Líbia	0,18	0,08	0,68	0,35	5,68	0,26	0,20	12115,83	0,72
Marrocos	0,14	0,03	0,55	0,46	2,67	0,33	0,24	2795,16	0,63
Malásia	0,06	0,08	0,67	0,61	5,05	0,36	0,22	8782,78	0,78
México	0,24	0,14	0,77	0,34	5,24	0,46	0,49	9045,83	0,76
Peru	0,19	0,07	0,63	0,25	5,63	0,43	0,60	4653,59	0,73
Quirquistão	0,10	0,13	0,65	0,50	6,79	0,33	0,34	824,04	0,66
Romênia	0,20	0,04	0,58	0,29	6,28	0,42	0,58	8106,08	0,79
Rússia	0,15	0,02	0,53	0,39	6,48	0,39	0,14	10345,25	0,79
Tailândia	0,20	0,15	0,67	0,51	4,76	0,37	0,12	4862,69	0,73
Trinidad e Tobago	0,17	0,13	0,66	0,40	4,56	0,39	0,62	15871,13	0,77
Tunísia	0,13	0,01	0,50	0,28	4,13	0,28	0,64	3945,84	0,72
Turquia	0,20	0,02	0,65	0,52	5,41	0,34	0,26	10582,32	0,76
Ucrânia	0,12	0,03	0,49	0,30	6,74	0,40	0,24	2921,35	0,75
Uruguai	0,20	0,05	0,68	0,44	4,65	0,53	0,80	11492,95	0,79
Uzbequistão	0,11	0,03	0,60	0,78	5,86	0,30	0,05	1418,92	0,68
Média (N)	0,16	0,07	0,60	0,44	5,51	0,37	0,36	5973,09	0,73

Fonte: WVS.

A variável dependente é uma escala⁷ de protesto potencial e mensura a predisposição de participar em algum tipo de ação de protesto (BARNES; KAASE,

⁷ α de Cronbach = 0,85.

1979). Ela foi obtida através da somatória das respostas à participação em abaixo-assinados, boicotes, passeatas, greves ou outras formas de protesto. O entrevistado foi inquirido se participou, poderia participar ou nunca participou de cada um destes cinco atos de protesto, sendo atribuídos valores 2, 1 e 0, respectivamente, para as suas respostas. As variáveis foram somadas e depois padronizadas em uma escala de amplitude 0 a 1⁸.

Passando para as variáveis independentes presentes no modelo, a primeira é uma escala⁹ que mensura o associativismo. Ela é formada por nove variáveis que medem a participação em diferentes tipos de organizações: associações recreativas, culturais ou educacionais, sindicatos, partidos políticos, organizações ambientais, associações profissionais, associações de consumidores, de caráter humanitário ou caridade e grupos de auto ajuda. Para cada uma destas organizações, o entrevistado é perguntado se ele é membro ativo, inativo ou não participa. As respostas foram recodificadas no valores 2, 1 e 0, respectivamente. Depois de somadas, o construto final foi padronizado em uma escala de 0 a 1 usando o mesmo procedimento descrito acima.

Por sua vez a escala que mede o agravo é formada por três. A primeira é uma escala de Likert com quatro alternativas e pergunta o sentimento de felicidade, onde 4 representa “muito feliz” e 1 “muito infeliz”. Já a segunda mensura a satisfação com a vida por meio de uma escala de dez pontos a 10 corresponde as pessoas “completamente satisfeitas” e 1 “completamente insatisfeita”. Por fim, a última variável que compõe a escala de agravo indaga a satisfação com a situação financeira do lar, possuindo a mesma amplitude que a variável anterior. Estas três medidas foram agrupadas em uma única variável resultando em uma escala¹⁰ padronizada usando os mesmos procedimentos descritos anteriormente.

Uma segunda escala foi construída afim de mensurar o descontentamento com as instituições. Ela foi formada a partir da somatória de quatro variáveis: confiança no judiciário, no governo nacional, nos partidos políticos e no parlamento.

⁸ $\frac{\text{valor observado} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$

⁹ α de Cronbach = 0,87.

¹⁰ α de Cronbach = 0,67.

Estas quatro medidas são escalas de Likert com quatro pontos, onde 1 representa “não confia” e 4 “confia muito”. Elas foram agrupadas e padronizadas em uma escala¹¹ que varia de 0 a 1.

A escolaridade é medida em faixas, em uma escala com amplitude de 1 a 9, onde quanto mais alto o valor, maior o tempo de estudo. Por fim, os valores emancipatórios são uma escala composta por 4 sub-índices, que medem a autonomia, escolha, igualdade de oportunidades e liberdade. Os procedimentos de criação deste índice são descritos detalhadamente em Welzel (2013).

No nível macro, foram inseridas nos modelos a qualidade da democracia, mensurada pelo *Liberal Democracy Index* do projeto *Varieties of Democracy* (COPPEDGE *et al.*, 2017) e o produto interno bruto *per capita* (PIB *per capita*), em milhares de dólares. Ambas as medidas foram coletadas para o ano de 2014, último período coberto pela sexta onda do WVS.

Os casos omissos, no nível individual, foram substituídos a partir de múltiplas imputações por equações encadeadas (MICE¹²). Este procedimento realiza diversas equações e atribui um valor aos casos ausentes a partir dos valores previstos (BUUREN; GROOTHUIS-OUDSHOORN, 2011). O MICE é recomendado para imputar casos ausentes aleatórios em bancos de dados sem que, no entanto, exista um procedimento que possa determinar com clareza a aleatoriedade dos dados (KING *et al.*, 2001). Como o questionário do WVS não toca em temas substancialmente sensíveis, assumiu-se aqui que as não respostas são aleatórias.

A partir destas variáveis, optou-se pela modelagem hierárquica dos dados, a partir de modelos lineares mistos. Este tipo de ferramenta permite considerar os efeitos fixos e aleatórios das variáveis independentes, explicando a variância entre os casos, grupos de casos e a interação entre ambos. A Tabela 2 apresenta a variância do modelo nulo.

Tabela 2 - Modelo Nulo

¹¹ α de Cronbach = 0,84.

¹² *Multiple Imputation by Chained Equation*.

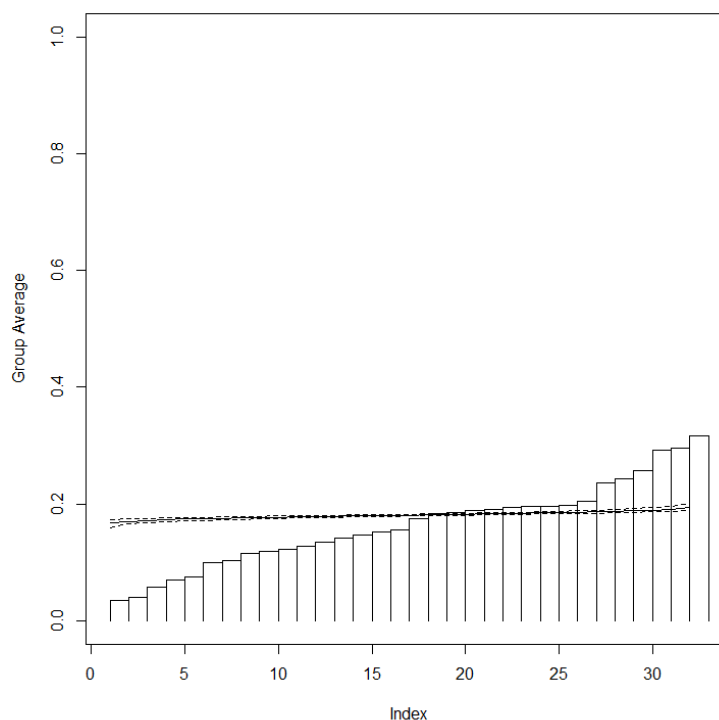
	Variância	Desvio Padrão
Intercepto	0,00521	0,0722
Resíduo	0,05163	0,2272
AIC		-6396,2
ANOVA		5335,97***
N		52257
Grupos		32

Fonte: Indicadores do Banco Mundial, V-Dem e WVS. Elaboração Própria.

Nota: *p < 0,05. **p < 0,01. ***p < 0,001.

A adoção deste procedimento se justifica, dado que o coeficiente de correlação intraclasse da amostra de países selecionados é de 0,092, ou seja, 9,2% da variância da medida de protesto potencial pode ser explicada pelas características dos países. O Gráfico 1 compara as médias dos países, ordenadas da menor para a maior, com pseudo médias dos grupos (linha). As linhas pontilhadas representam o intervalo de confiança de 95% da estimativa.

Gráfico 1 – Coeficiente de Correlação Intraclasse



Fonte: Indicadores do Banco Mundial, V-Dem e WVS. Elaboração Própria.

Constada a relevância de se utilizar uma modelagem hierárquica dos dados, foram construídos 8 modelos: o primeiro apenas com variáveis individuais, o segundo é o modelo completo, com medidas micro e macro e o restante descreve os efeitos aleatórios produzidos pela interação do agravo, valores emancipatórios e confiança institucional com o PIB *per capita* e a qualidade da democracia. A próxima seção apresenta os resultados e a interpretação dos modelos.

4. Resultado e Discussões

A Tabela 3 apresenta os coeficientes dos modelos com medidas exclusivamente individuais e do modelo com a interação com as variáveis macro. Tal como demonstrado em estudos anteriores, as mulheres e os mais velhos tendem a protestarem menos, quando comparados aos jovens e aos homens. Em termos de recursos, cada ponto na escala de escolaridade aumenta as chances de alguém acionar este tipo de repertório. Destaca-se a medida de associativismo, que apresenta o maior coeficiente. Em ambientes em que os recursos não são abundantes, a presença de lideranças ou organizações atuam no sentido de diminuir os custos relativos à participação, relativizando os efeitos de variáveis socioeconômicas (VERBA; NIE, 1972; VERBA; NIE; KIM, 1978).

Em relação às medidas de agravo, tanto pessoal quanto institucional, os coeficientes encontrados apresentam impactos modestos. A satisfação com a vida e com as condições econômicas diminuem as chances de envolvimento em protesto. Por outro lado, a ideia de desafeto radical proposta por Norris, Walgrave; Aelst (2005) não se confirmou, uma vez que aqueles que demonstram mais confiança tendem a acionar mais este repertório de participação. Os resultados indicam que a desconfiança pode gerar um sentimento de indiferença, o que levaria a baixa eficácia política subjetiva, inibindo os protestos. Os mais confiantes, por sua vez, poderiam nutrir esperanças de mudança e transformação nas instituições, o que os levaria a se engajarem.

Tabela 3 - Condicionantes do Protesto Político

	Modelo Individual		Modelo Completo	
	B	E. Pad.	B	E. Pad.
Intercepto	0,13***	0,013	0,065**	0,02
Sexo	-0,046***	0,002	-0,047***	0,002
Idade	-0,0006***	0,00006	-0,0006***	0,00006
Escolaridade	0,011***	0,0004	0,011***	0,0004
Associativismo	0,29***	0,006	0,29***	0,006
Agravo	-0,05***	0,005	-0,05***	0,005
Confiança Institucional	0,014***	0,004	0,014***	0,004
Valores Emancipatórios	0,19***	0,007	0,18***	0,007
V-DEM	-	-	0,13***	0,05
PIB per capita	-	-	0,003	0,003
AIC	-11391,3		-11383,24	
N	52257		52257	
Grupos	32		32	

Fonte: Indicadores do Banco Mundial, V-Dem e WVS. Elaboração Própria.

Nota: * p < 0,05. **p < 0,01. ***p < 0,001.

Os valores emancipatórios, por sua vez, apresentaram coeficientes moderados. De fato, mesmo em sociedades onde a disseminação deste tipo de crença é baixa, esta variável se mostrou significativa e relevante para explicar a participação em protestos. Sendo uma medida que mensura adesão e valorização da liberdade, seus portadores tendem a aderirem à democracia em maior número. Uma vez que também tendem a serem mais educados, tais indivíduos possuem acesso facilitado à informação e, conseqüentemente, uma avaliação mais crítica do funcionamento das instituições e do próprio regime democrático (WELZEL, 2013). Esta disfunção entre o que se espera da democracia e o que se obtém de retorno institucional gera o enquadramento (SNOW *et al.*, 1986) necessário para mobilização de ações de protesto (NORRIS, 2011).

Por fim, dentre as variáveis macro – PIB *per capita* e qualidade da democracia – apenas a segunda apresentou resultados significativos. Ao selecionar os países que se encontram nas faixas intermediárias do IDH, reduziu-se a variância da renda média, o que pode ter anulado os efeitos do PIB *per capita*, uma vez que esta medida se mostrou significativa em outros estudos (DALTON; VAN SICKLE; WELDON, 2010).

Por outro lado, a variável que mensura a qualidade da democracia apresentou um coeficiente moderado e significativo. Cidadãos que vivem em sociedades com melhor avaliação do funcionamento de suas democracias tendem a protestar mais. A abertura democrática se configura como uma importante estrutura de oportunidade (TARROW, 1998).

Nestas localidades há menor resistência ao fluxo de informações devido a existência de uma imprensa livre, o que garante acesso a informação independente. Cidadãos melhores informados tendem a participar mais, seja de ações de protesto ou cívicas. Os controles institucionais limitam a ação do executivo de reprimir atos de protestos, garantindo o direito de livre manifestação. Os ativistas, em uma democracia, podem se levantar contra injustiças sem medo de sofrer represálias. Desta forma, tanto o acesso à informação quanto as garantias de livre manifestação diminuem os custos relativos a participação.

Para além dos dois modelos acima descritos, foram estimadas as interações entre o PIB *per capita* e a qualidade da democracia com as medidas de agravo, confiança institucional e valores emancipatórios. As interações com a primeiro variável macro não se mostraram significativas nas três medidas descritas acima. Isto não significa que o fatores econômicos não afetem a participação de protestos, pelo contrário. A literatura aponta que a renda *per capita* é um importante preditor de tais ações, por indicar a disponibilidade de recursos disponíveis (DALTON, RUSSELL; VAN SICKLE; WELDON, 2010). Como esta medida compõe o IDH e o recorte proposto neste trabalho envolve justamente os países que apresentam desenvolvimento humano intermediário, a baixa variância do PIB *per capita* entre os casos pode ter afetado os impactos desta variável.

Já entre os modelos que descrevem a interação entre a qualidade da democracia, apenas a interação entre confiança institucional se mostrou significativa. Desta forma optou-se por apresentar, na Tabela 4, apenas os coeficientes de interação entre qualidade da democracia, agravo, confiança institucional e valores emancipatórios.

Tabela 4 - Interação Confiança Institucional e Qualidade da Democracia

	B	E. Pad.
Intercepto	0,097***	0,02
Sexo	-0,046***	0,002
Idade	-0,0005***	0,00006
Escolaridade	0,011***	0,0004
Associativismo	0,28***	0,006
Agravo	-0,047***	0,0046
Confiança Institucional	-0,058**	0,02
Valores Emancipatórios	0,18***	0,007
V-DEM	0,05	0,047
PIB per capita	0,004	0,003
Interação	0,16***	0,05
AIC	-11636	
N	52257	
Grupos	32	

Fonte: Indicadores do Banco Mundial, V-Dem e WVS. Elaboração Própria.

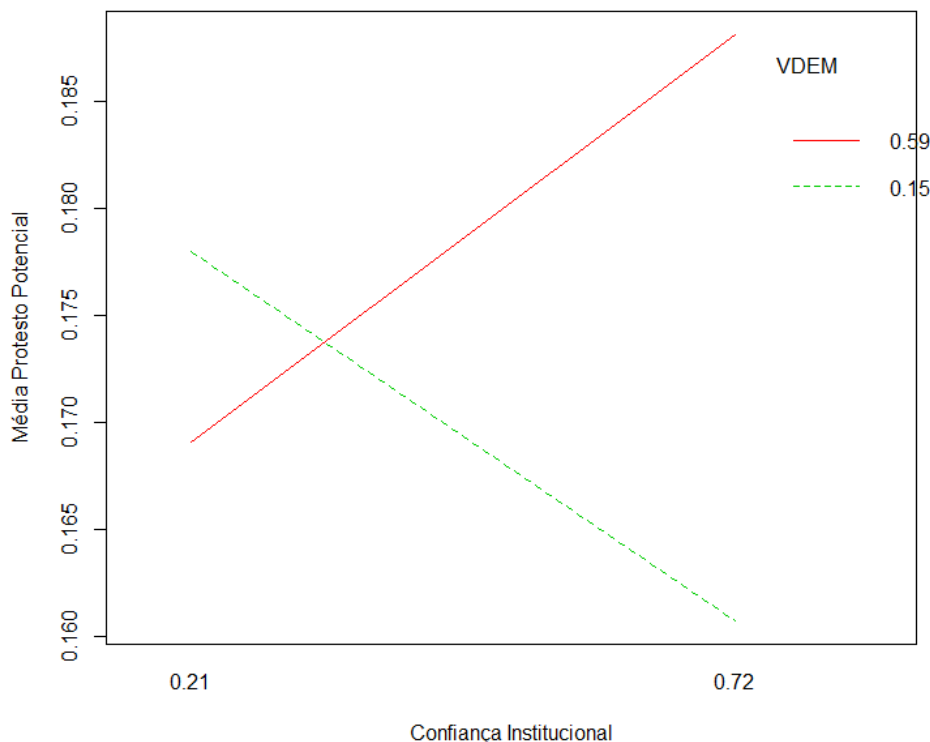
Nota: * p < 0,05. **p < 0,01. ***p < 0,001.

Por sua vez, o Gráfico 2 exibe os valores preditos do modelo acima. Foram definidos valores a partir da média de cada uma das variáveis independentes, com exceção das variáveis em que são estimados os coeficientes de interação. Tanto para a confiança institucional quanto para a medida de qualidade da democracia, foram definidos valores à ± 1 desvio padrão da média.

A linha vermelha do gráfico indica os valores preditos da interação entre confiança institucional e qualidade da democracia, com um valor arbitrário de um desvio padrão acima da média. Como pode-se observar, neste caso, confiar mais nas instituições aumenta os valores preditos na escala de protesto potencial. Por outro lado, a linha verde indica justamente o oposto. Nas localidades onde as liberdades democráticas são escassas, confiar mais nas instituições diminui a probabilidade de engajar em ações contenciosas. A qualidade da democracia funcionaria como uma estrutura de oportunidade: se existe confiança nas instituições, o cálculo instrumental de demonstrar insatisfação seria menor, pois os riscos de repressão também seriam menores. O direito de protestar é assegurado e não haveria riscos de represália. Por

outro lado, em países onde a qualidade da democracia é baixa, depositar confiança nas instituições representaria justificar a repressão e a impossibilidade de mudança.

Gráfico 2



Fonte: Indicadores do Banco Mundial, V-Dem e WVS. Elaboração Própria.

5. Conclusão

Os resultados acima reforçam a tese de que o protesto político é uma função entre recursos (educação e associativismo), valores (valores emancipatórios e confiança institucional) e estruturas de oportunidade (qualidade da democracia). A hipótese de que o agravo seria relevante para explicar o protesto em sociedades com desenvolvimento intermediário (DALTON, RUSSELL; VAN SICKLE; WELDON, 2010) não se confirmou. Ao que tudo indica, em toda e qualquer sociedade existem pessoas descontentes suficientes para protestarem (MCCARTHY; ZALD, 1977), não sendo o agravo responsável direto por motivá-los.

Por outro lado, a relação positiva entre confiança institucional e ações de protesto se apresenta como um elemento novo na teoria. Em sociedades com

desenvolvimento intermediário, as quais apresentam um número maior de regimes não democráticos, confiar nas instituições representa a certeza de que a repressão não irá impor custos intransponíveis para a participação. O desafio radical (NORRIS; WALGRAVE; AELST, 2005), neste contexto, funcionaria de forma oposta: a confiança no direito da livre manifestação possibilita que elas ocorram.

Não foi o intuito deste trabalho determinar quando as ações contenciosas ocorrem. Mas entender, no contexto de sociedades com desenvolvimento intermediário, quais os requisitos para que elas ocorram. Os modelos apresentados acima reforçam a multicausalidade do fenômeno do protesto político. A ocorrência de tais ações é uma função entre um ambiente favorável, ou seja, estrutura de oportunidade, enquadramento, ou os valores, e os recursos necessários à mobilização.

Referências

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. New York: Sage, 1963.
- ANDERSON, Christopher J. The Interaction of Structures and Voter Behavior. In: DALTON, RUSSELL J.; KLINGERMANN, HANS-DIETER (Org.). *The Oxford handbook of Political Behavior*. Oxford: Oxford University Press, 2007. .
- BARNES, Samuel Henry; KAASE, Max. *Political action: mass participation in five Western democracies*. Washington, DC: Sage Publications, 1979.
- BENFORD, Robert D; SNOW, David a. Framing Process and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review Sociologic*, v. 26, n. 1974, p. 611–639, 2000.
- BUUREN, Stef Van; GROOTHUIS-OUDSHOORN, Karin. MICE : Multivariate Imputation by Chained Equations in R. *Journal of Statistical Software*, v. 45, n. 3, 2011. Disponível em: <<http://www.jstatsoft.org/v45/i03/>>.
- COPPEDGE, Michael *et al.* *V-Dem Methodology v. 7.1.* . Gotemburgo: [s.n.], 2017. Disponível em: <<https://www.v-dem.net/en/reference/version-7-1-july-2017/>>.
- DAHL, Robert Alan. *Pluralist Democracy in the United States*. Chicago: Rand McNally, 1967.
- DALTON, Russell; VAN SICKLE, Alix; WELDON, Steven. The Individual–Institutional Nexus of Protest Behaviour. *British Journal of Political Science*, v. 40, n. 2010, p. 51, 2010.
- FIORINA, Morris P. *Parties, participation, and representation in America: Old theories face new realities. 2000 Annual Meeting of the American Political Science Association*. Washington, DC: [s.n.], 2002. Disponível em: <<http://inbody.net/research/documents/PhD Work/Documents/Fiorina SOD.pdf>>.
- GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. New York: Harper Colophon, 1974.
- GURR, Ted Robert. *Why Men Rebel*. Princeton: Princeton University Press, 1970.
- INGLEHART, Ronald. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- INGLEHART, Ronald. Political Action: The impact of values, cognitive level and social background. In: BARNES, SAMUEL HENRY; KAASE, MAX (Org.). . *Polical Action: Mass participation in five western democracie*. Beverly Hills: Sage, 1979. .
- INGLEHART, Ronald. The Renaissance of Culture Political. *American Political Science Review*, v. 82, n. 4, p. 1203–1230, 1988.
- INGLEHART, Ronald; CATTERBERG, Gabriela. Trends in Political Action: The Developmental Trend and the Post-Honeymoon Decline. *International Journal of Comparative Sociology*, v. 43, p. 300–316,

2002.

KING, Gary *et al.* Analyzing Incomplete Political Science Data: An Alternative Algorithm for Multiple Imputation. *American Political Science Review*, v. 85, n. 1269, p. 49–69, 2001.

LIJPHART, Arend. The Structure of Inference. In: ALMOND, GABRIEL; VERBA, SIDNEY (Org.). *The Civic Culture Revisited*. Newbury park: Sage, 1980. .

MCADAM, Doug. *Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

MCCARTHY, John D; ZALD, Mayer N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, p. 1212–1241, 1977.

MEYER, David S; TARROW, Sidney. *The Social Movement Society*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998.

NORRIS, Pippa. *Democratic Deficit: Critical Citizens Revisited*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2011.

NORRIS, Pippa. Young People & Political Activism : From the Politics of Loyalties to the Politics of Choice ? *Council of Europe Symposium*, n. November 2003, p. 1–32, 2003.

NORRIS, Pippa; WALGRAVE, Stefaan; AELST, Peter Van. Who Demonstrates? Antistate Rebels, Conventional Participants, or Everyone? *Comparative Politics*, v. 37, n. 2, p. 189–205, 2005.

OSTROM, Elinor. *Governing the Commons*. New York: Cambridge University Press, 1990.

PARTICIPATION: POLITICAL. In: UHLANER, Carole Jean. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. [S.l.]: Elsevier, 2001. p. 11078–11082.

PUTNAM, Robert David. *Making Democracy Work*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

QUARANTA, Mario. *Political Protest in Western Europe*. Cham: Springer International Publishing, 2015. (Contributions to Political Science).

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Participação e pós-materialismo na América Latina. *Opinião Pública*, v. 16, p. 28–64, 2010.

SEARS, David O. Political Socialization. *Handbook of Political Science, Volume 2*. [S.l: s.n.], 1975. p. 93–153.

SNOW, David A *et al.* Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. *American Sociological Review*, v. 51, n. 4, p. 464–481, 1986.

TARROW, Sidney. *Power in Movement*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

TESSLER, Mark; KONOLD, Carrie; REIF, Megan. Political generations in developing countries: Evidence and insights from Algeria. *Public Opinion Quarterly*, v. 68, n. 2, p. 184–216, 2004.

VAN DETH, Jan W. *Studying political participation: Towards a theory of everything? Workshop “Electronic Democracy: Mobilisation, Organisation and Participation via new ICTs”*. Grenoble: [s.n.], 2001.

VERBA, Sidney; NIE, Norman. *Participation in America: Political democracy and social equality*. New York: Harper and Row, 1972.

VERBA, Sidney; NIE, Norman; KIM, Jee. *Participation and political equality: A seven-nation comparison*. Chicago: University of Chicago Press, 1978.

VERBA, Sidney; NIE, Norman; KIM, Jee. *The modes of democratic participation: a cross- national comparison*. Beverly Hills: Sage, 1971.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry E. *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

WELZEL, Christian. *Freedom Rising: Human empowerment and the quest for emancipation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.